

CLIPPING IMPRESSO

09/07/2022



INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. DESEMBARGADOR.....	2 - 3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. POSSE.....	4

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



1

de alta.

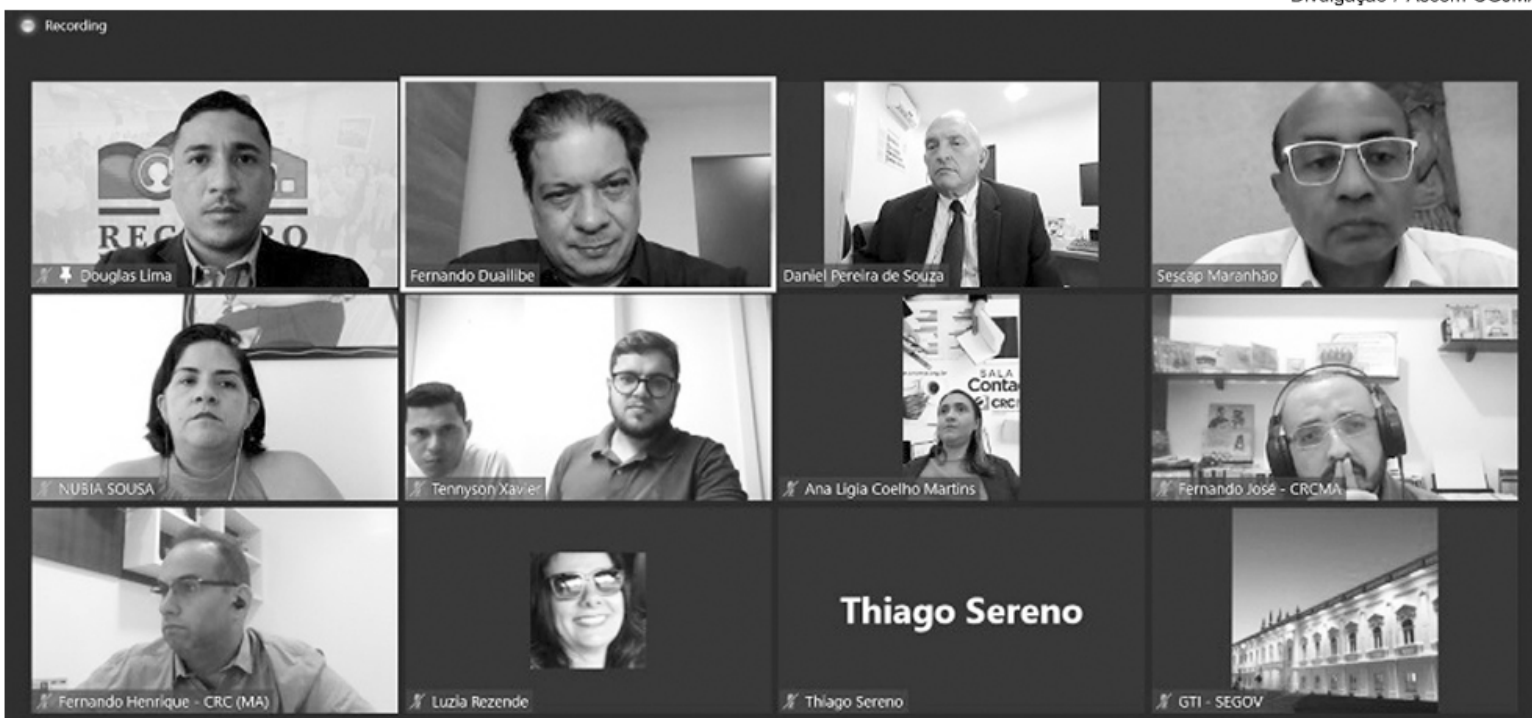
Se dizendo plenamente recuperado da cirurgia no aparelho renal que fez em São Paulo, o governador Carlos Brandão retornou ao hospital da Beneficência Portuguesa para fazer uma ligeira revisão, após uma semana

2

Desta vez, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Velten não será chamado a substituir Brandão no Palácio dos Leões, onde passou 31 dias. Diz que pôde ver a realidade do Estado de forma abrangente – o que não é possível ver do TJ.

CGJ discute incentivo à economia por meio de Regularização Fundiária

Divulgação / Ascom-CGJMA



Reunião ocorreu em ambiente virtual com a participação de representantes de diversos órgãos e instituições.

O Núcleo de Regularização Fundiária Urbana e Rural e de Terras Públicas da Corregedoria Geral de Justiça participou, nesta quinta (7), de reunião com o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Maranhão – FOPEMA, com objetivo de intensificar o diálogo para a imple-

mentação da Regularização Fundiária como política pública essencial ao desenvolvimento econômico e fortalecimento dos pequenos negócios instalados no Estado.

O FOPEMA objetiva articular e promover, em conjunto com órgãos do governo estadual, a regulamentação necessária ao cumprimento do

Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como acompanhar a sua efetiva implantação, os atos e procedimentos decorrentes.

Durante a reunião, o juiz de Direito Douglas Lima da Guia, coordenador-geral do Núcleo de Regularização Fundiária, apresentou o programa “Re-

gistro Para Todos” da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MA), pontuando as alternativas destinadas à regularização imobiliária específica de imóveis que contemplam microempresas, empresas de pequeno porte, em especial as instaladas na Região Metropolitana de São Luís.

Segundo o magistrado, durante a reunião o Fórum de-

mandou sobre a necessidade de implementação da REURB-E em determinadas áreas do município, que contemplam imóveis não residenciais que são sede de pequenos negócios e geram emprego e renda nas comunidades onde atuam. “Por isso é imprescindível a segurança jurídica como forma de garantir o acesso ao crédito e ao desenvolvimento socioeconômico dessas regiões”, destacou Douglas da Guia.

O Núcleo vai sugerir ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, a formalização de um grupo de trabalho com a participação do FOPEMA e Município de São Luís, com objetivo de discutir soluções específicas para avanço da política fundiária, implementando o programa Registro Para Todos com foco no direito à moradia e também ao fomento dos pequenos negócios.

Participaram da reunião, Daniel Pereira de Souza, membro do Núcleo; Cassiano Pereira Júnior, secretário de Estado de Indústria e Comércio e Energia do Maranhão; Fernando Duailibe, vice-presidente de Economia e Finanças da Associação Comercial do Maranhão e representante da Federação das Associações Empresariais do Maranhão; Luzia Rezende, secretária-adjunta de Micro e Pequena Empresa, além de representantes de secretarias de Estado, da Associação Comercial do Maranhão; Associação de Jovens Empresários; do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Maranhão; da Federação das Indústrias do Maranhão, da FECOMÉRCIO; do Conselho Regional de Contabilidade do Maranhão; e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de São Luís. *(Assessoria de Comunicação / TJ-MA)*

Rapidinhas

*** O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio de seu presidente, desembargador Paulo Velten, deu posse, ontem, em seu gabinete, ao juiz Aurimar de Andrade Arrais Sobrinho, na 1ª Vara da Comarca de São Mateus do Maranhão, de entrância intermediária.

*** O juiz era titular da 1ª Vara da Comarca de Balsas e foi removido, pelo critério de antiguidade, em sessão plenária administrativa ordinária, em 1º de junho deste ano.